

**ATA DA 325ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO, 15/01/2026**

**PRESIDENTE**

LUIZ CARLOS ZAMARCO

**COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA**

WALTER MASTELARO NETO

**SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

**ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP**

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

**DIGITAÇÃO:**

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

**REVISÃO GERAL:**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

**I – Conselheiros Presentes**

**Representantes da Sociedade Civil:**

PAULO ROBERTO BELINELO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADÃO DO CARMO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

**Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários**

CLAÚDIO APARECIDO COBOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

**Representantes dos Portadores de Patologia**

CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

**Representante da Pessoa com Deficiência****Representante dos Sindicatos Patronais****Representante das Centrais Sindicais****Representantes das Entidades Sindicais – Categoria Saúde**

ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

**Representante das Entidades Sindicais Gerais**

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

**Representantes dos Conselhos Função Fim**

ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

**Representantes dos Conselhos Função Meio****Representantes da Associação dos Profissionais Liberais**

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSINAIS LIBERAIS

**Representante da Universidade Pública****Representante da Universidade Privada**

PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

**Representante do Prestador Lucrativo****Representes Prestador Filantrópico**

MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

**Representantes do Poder Público:**

MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

**II – Justificativas de ausência:**

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OSTE

GABRIEL MOTTA SOUSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

NILCÉA ALVES GOEMS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

ALEX RICARDO FONSECA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – RREPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO

NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA ROSÂNGELA SANTOS QUEIROZ TAVARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

**III – Ausentes:**

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE  
IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
JUSSARA SANTOS PEREIRA MACHADO DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
JONAS MARSSARO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
ROSILÂNIA CORREIA LIMA CARDOSO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS  
FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
DANIELA MARTINS GALLI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO  
CARLA GIANNA LUPPI – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA  
IVALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Às 14h15, após verificação de quórum, considerando a ausência do nosso presidente, na figura de Coordenador Executivo do Conselho Municipal de Saúde, inicia a 325ª Reunião Plenária Ordinária do CMS/SP. Cumprimenta a todos. Passa a palavra ao Secretário Geral para leitura da pauta.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** Cumprimenta a todos, deseja feliz ano novo, saúde e paz para todos. Faz a leitura da pauta:

**A - Aprovação da Ata da 324ª Reunião Plenária Ordinária**

**B - Informes da Mesa;**

**C - Informes dos Conselheiros;**

**D - Informes das Comissões;**

**E - Ordem do Dia:**

- **Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan à minuta de resolução contra a modalidade de pregão para a contratação de serviços de saúde de alta complexidade;**
- **Escola Municipal de Saúde – Transferência das Escolas Regionais para as coordenadorias de saúde e lives sobre o Controle Social;**
- **Plano Municipal de Saúde 2026 – 2029;**
- **Assistência Laboratorial – Transferência da realização de exames do Laboratório São Miguel para empresa contratada pela OSS Santa Marcelina;**
- **Dificuldade para agendamento de consultas Atenção Básica e Especialidades;**
- **Apresentação conselheira Érica – Visita aos Conselhos Gestores das STS.**

**F- Deliberações**

- **Processo de eleição/indicação de representantes para compor o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2026/2028;**
- **Resolução nº 05/2025 – Criação da Mesa Setorial de Negociação para as OSS;**
- **Termo de Compromisso UPA 24h Rio Pequeno.**

Pergunta se há sugestão de alteração de pauta. Esclarece que o item das deliberações sobre o Termo de Compromisso UPA 24h Rio Pequeno será retirado da pauta a pedido da Área.

**André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Solicita inversão de pauta – Que se mantenha o parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan à minuta de resolução contra a modalidade de pregão para a contratação de serviços de saúde de alta complexidade. No segundo item da pauta, aproveitar que há quórum agora, a indicação dos membros para compor a comissão eleitoral para o Processo de eleição/indicação de representantes para compor o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2026/2028. Na sequência, o item sobre dificuldade para agendamento de consultas Atenção Básica e Especialidades. Depois iria para o terceiro item, em quarto o Plano Municipal de Saúde e em quinto, a Escola Municipal de Saúde. Em sexto, a apresentação da conselheira Erica. Depois, os informes de conselheiros e de comissões.

**José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público:** Pede dilação de prazo para apresentação do relatório do pedido de vista – aprovado.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Pede para retirar a Resolução 05/2025 da pauta - aprovado.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP:** `Consulta o Pleno sobre as alterações na pauta: Aprovadas. Pede aprovação da Ata da 324ª Reunião Plenária – Aprovada.

**Informes de Mesa:** No dia 29 de janeiro, às 14 horas, haverá Reunião Plenária Extraordinária do CMS/SP, conforme definido no Pleno anterior. Pauta: Chamamento Público de Seleção das OSS.

Fala sobre a Comissão Eleitoral do Processo de eleição/indicação de representantes para compor o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2026/2028. Informa que esse processo deve ocorrer em junho e devem ser indicados para compor essa comissão, preferencialmente, quem já está no segundo mandato, pois quem participar não poderá se candidatar.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Diz que está inscrito, além dos conselheiros André, Laudiceia, Fátima, Edileuza, Carlos Miguel, José Ivan, Auxiliadora, Érica e Durval até o momento. Consulta o Pleno: aprovado.

Depois os Informes de Conselheiros e das Comissões.

**Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Passa ao item: Dificuldade para agendamento de consultas Atenção Básica e Especialidades:** Esclarece que a Área foi convidada e não compareceu. Enviou justificativa por escrito, transcrita a seguir:

Prezado Julio,

Com nossos cumprimentos, agradecemos o convite para participação na 325ª Reunião Plenária Ordinária, prevista para o dia 15 de janeiro de 2026.

Entretanto, em razão de compromissos previamente assumidos pelas Áreas Técnicas, não será possível confirmar a presença nesta ocasião.

Ainda assim, encaminhamos abaixo algumas considerações referentes às pautas solicitadas, com o intuito de colaborar com informações que possam ser compartilhadas com os membros do Conselho e seus representados:

• **Assistência Laboratorial – Transferência da realização de exames do Laboratório São Miguel para empresa contratada pela OSS Santa Marcelina**

Considerando o aviso de saída, a partir de 16/12/2025, emitido pela Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa (AFIP) – empresa responsável pelo apoio diagnóstico laboratorial em análises clínicas, anatomia patológica, citologia e biologia molecular, incluindo coleta, acondicionamento, cadastro de amostras, transporte e processamento –, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) deu início a um Plano de Contingência para viabilizar, de forma emergencial, a contratação de empresas que assumissem essas funções.

Nesse plano, as Coordenadorias afetadas viabilizaram, junto aos respectivos contratos de gestão, a manutenção da assistência laboratorial com a mesma oferta até então existente nas Unidades do território.

No caso da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, nas Unidades sob contrato de gestão com a OSS Santa Marcelina, foi pactuado que, além das análises clínicas, anatomia patológica, citologia e biologia molecular, as sorologias também seriam processadas pelo laboratório contratado. Trata-se de acordo regional, definido por questões contratuais do plano emergencial, que assegura a continuidade da oferta e da assistência à população, sem alteração da experiência do usuário, da resolutividade clínica ou da capacidade de gestão.

O Laboratório Municipal São Miguel Paulista permanece ativo no recebimento e processamento de amostras da região Leste, atendendo, por exemplo, Ermelino Matarazzo, São Mateus e outras Unidades do município, compondo a rede nacional de laboratórios de carga viral para HIV, HBV, HCV, Clamídia, Gonorréia, Tuberculose e Hanseníase.

Dessa forma, não há desassistência aos munícipes, tampouco prejuízo à força de trabalho necessária para a execução dos exames laboratoriais.

• **Agendamento de Consultas – Dificuldades relacionadas à Atenção Básica e Especialidades**

Em relação às dificuldades mencionadas, seria importante obter maiores detalhes para identificar o setor mais adequado a prestar os esclarecimentos.

No caso do sistema Agenda Fácil, entendemos que o encaminhamento seria pertinente ao DTIC, responsável pela gestão técnica do sistema. Já quanto aos protocolos de encaminhamento para Especialidades, oferta de primeira consulta e/ou retorno, sugerimos a participação da área de Regulação, que atua junto à Divisão de Atenção Especializada na elaboração dos protocolos de acesso.

Esperando ter contribuído com os esclarecimentos solicitados, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.



MÁRCIA M. DE CERQUEIRA LIMA  
ASSESSORIA TÉCNICA/ GABINETE  
SEABEVS  
SECRETARIA DA SAÚDE - SMS  
mmclima@prefeitura.sp.gov.br  
Rua Siqueira Campos, 176 | 10º andar  
(11) 5239-1900  
CEP - 01509-020 | São Paulo | SP  
www.prefeitura.sp.gov.br/saude

Atenciosamente

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Faz leitura da resposta da SEABEVS. Relata que precisam ter conversa sobre agência e ter SEABEVS aqui. A questão da Agenda Fácil é muito complicada.

**Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais:** Deixa registrado que desde o ano passado a Área Técnica não tem comparecido, desde a reprovação do Plano, não têm participado das comissões. Ressalta o convite das Áreas Técnicas para cada uma das comissões. Isso tem afetado o trabalho das comissões desde o ano passado. Então, pede esclarecimento, querendo saber para onde vão direcionar e qual é a dúvida, sem que a área técnica seja partícipe das comissões. Ressalta que o convite às áreas técnicas, que na verdade deveriam fazer parte como convidados permanentes de cada uma das comissões, para saber do que se trata as demandas fica difícil de expressar em poucas linhas e que não tenha essa dificuldade para envio dos convites.

**André Ancelmo Araújo, conselheiro titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Manifesta-se primeiramente sobre a questão da assistência laboratorial, que era com relação ao Hospital de São Miguel, ao Laboratório de São Miguel, cuja área não está presente. Com relação à questão da FIPE, relata que a comissão fez uma reunião e estão finalizando uma análise de quase 3 mil folhas de processos SEI, com relação ao calote que a Secretaria Municipal da Saúde deu vindo do Pollara, Edson Aparecido e do Zamarco, de R\$120.000.000 na entidade e que prejudicou a os cidadãos na ponta. Isso ainda vão pautar na comissão e vão dialogar ainda com relação a essa questão. Com relação à Agenda Fácil, diz que tentou baixar agenda fácil e não pode ser baixado no seu aparelho. Declara que já tinha denunciado o Agenda Fácil anteriormente, é por isso que quando alguém vai lá na plataforma para baixar, tem uma informação dizendo que as pessoas que são cegas têm dificuldade em acessar o Agenda Fácil. O Agenda Fácil é um aplicativo que não deveria mais existir, inclusive tem um acordo no Ministério Público na área da Pessoa com Deficiência com relação a essa questão e via lembrar a promotora que a SMS não o está cumprindo. Agora, veja, não era apenas a discussão da agenda regulada, que é aquela que a pessoa vai passar com especialidade, mas é o acesso à consulta na atenção básica que com esse programa, que é o acesso avançado, com acesso avançado em que o cidadão precisa sair da sua casa, chegar lá na porta da unidade às 5 horas da manhã, pegar uma senha e tentar passar no mesmo dia e a senha acaba, e não consegue agendar a consulta, porque também precisa trabalhar, as pessoas precisam seguir a sua vida e é necessário haver uma forma de acessar a saúde, que seja mais regular o processo. Há muita dificuldade. Agora, a Sra. Sandra Sabino não tem dificuldade de chamar a própria filha dela para dar um curso sobre prescrição de canabidiol de uma empresa da qual a prefeitura comprou por preço três vezes mais caro e essa empresa indicou a filha da Sra. Sandra Sabino, que é diretora de Saúde Mental da Rede D'Or, para dar um treinamento para a rede municipal. Neste caso, houve tempo de chamar a filha, de organizar, de participar e de favorecer uma empresa com canabidiol que não pode nem ser vendido e usado no Brasil, que a Anvisa, inclusive, bloqueou. Mas a SEABEVS consegue fazer. Agora, dialogar sobre aquilo que ela realmente precisa fazer, diz que não consegue. Então fica aqui o seu repúdio e o seu encaminhamento para que o CMS denuncie na Corregedoria Geral do Município e no Ministério Público, a Sra. Sandra Sabino por descumprimento da Lei Orgânica do Município e por descumprimento do estatuto do servidor. A Secretaria tem obrigação de subsidiar o CMS com informações. Isso está na lei. Propõe formular essa denúncia e no Pleno de fevereiro aprovar a denúncia em desfavor da Sra. Sandra Sabino na Corregedoria, uma vez que ela é a secretária responsável pela área e a área não vem por determinação dela.

**Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Relata que o agendamento de consultas está muito difícil. Conhece uma pessoa que está há três meses tentando agendar consulta na Atenção Básica e não consegue. A agenda está sempre fechada. Seria bom ter o esclarecimento da área técnica. Cansa de ir na UBS, ficar horas na fila e a agenda está fechada. Muito complicado.

**Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Centro:** Confirma o que foi relatado. Está também com dificuldades. Sua filha tem lúpus e está difícil agendar consulta. Conhece uma senhora que está com uma criança que é cadeirante. Ela está na maior dificuldade para conseguir a consulta para o menino passar na fisioterapia. Então, o negócio está sério.

**Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Passa a palavra para convidada Márcia rapidamente fazer uma colocação, uma complementação na questão da marcação de consulta.

**Convidada Márcia** – É cirurgiã dentista. Em relação ao agendamento na Atenção Básica, é quando se fala na área da clínica médica. Percebe-se que houve um desmonte. Mudou, não avisaram ninguém, ninguém sabia. Não vai entrar em detalhes, mas a orientação é chegar de madrugada, tentar pegar a vaga, se não pegar volta em outro dia. Só tem marcação de retorno e só pode ser marcada a consulta se for gestante ou paciente de tuberculose, hipertenso. Se a pessoa quiser passar numa consulta, fazer seu exame de rotina, alguma coisa assim, tem que ir de madrugada. Em relação à questão odontológica, na verdade o que acontece é que todas as pessoas passam por uma triagem, que tem quatro classificações. Por exemplo, classificação dois, não pode passar agora, vai ter que aguardar. Se for classificação 1, pode agendar. Acha que não dá para ficar calada com essa situação. Relata que fica indignada com o não comparecimento da Sandra porque ela é a responsável por toda atenção básica. E essa mudança no agendamento caberia a ela explicar aqui.

**José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público:** Com relação à presença das áreas técnicas, todos sabem que é o ideal, é essencial para as discussões no CMS e todos esses problemas que estão colocados aqui, eles são caros também para SMS. Além da manifestação da área especificado o assunto, explica que nós estamos no começo de janeiro e há recesso, pessoas de férias, então as pessoas que deveriam vir não estão aqui para falar, mas com certeza no próximo Pleno estará aqui a área para falar sobre os assuntos.

**Edileuza Conceição Silva Lima, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Diz que foi contemplada com as falas anteriores. Fala que a Agenda Fácil é a mais difícil da face da terra. Ninguém consegue agendar. O acesso avançado é uma vergonha. Idosos disputam horários. Área Técnica precisa comparecer. Não conseguiu instalar o aplicativo da Agenda Fácil. A área técnica precisa comparecer para dar uma satisfação, para dar uma orientação. Como não comparece, não tem como se informar para passar para as outras pessoas. E assim, a vergonha continua com os idosos, as gestantes. Todos lá na porta. Relata que essa vaga do dia é um terror, pois já esteve lá, levando um banquinho, para acompanhar, para saber se era exagero. Mas ficou com vergonha, porque o CMS não consegue resolver isso. E não consegue porque a área técnica não vem ao CMS. E essa vaga do dia é a que desmaia as pessoas, que faz a pressão ficar alta, porque a pessoa vai atrás dessa vaga do dia e espera muito, não consegue e quando consegue, se chegar dois minutos atrasada, não é atendida, e chamam isso de absenteísmo. Reforça que precisam de suporte da área técnica.

**Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte:** Declara que é uma vergonha fazer o mesmo pedido. Precisam tomar atitude aqui no CMS. A SMS está um caos. O Secretário precisa ser substituído assim como a Sandra Sabino, com urgência, porque as coisas só funcionam no papel. Diz que precisam tomar atitudes no CMS. Chega de palhaçada. Não são palhaços nem estamos num circo. Diz que essa agenda é uma vergonha, um desrespeito a todos nós. Esteve num equipamento de saúde, mas não tinha vaga. Tinha que estar lá cedinho para marcar. Havia três pessoas para serem atendidas. Teria que voltar no final do dia para ver se conseguia ser atendida. Tirou foto, passou para frente, reclamou e ficou. Conseguiu ser atendida. Considera que isso é para enganar as pessoas. Mas não são bobos. Precisam abrir a boca para cobrar, cobrar, cobrar. Pagam os impostos em dia. Por que o trabalhador que é contratado por uma função não cumpre essa função?



Será que estão aqui na Secretaria? Porque a coisa mais difícil é conseguir falar com alguém aqui da Secretaria. Então, está na hora de repente fechar o recesso na Secretaria, trocar todo mundo. Desculpe aqueles que não merecem estar ouvindo isso, porque tem trabalhadores que trabalham. Tem trabalhadores que trabalham de fato, mas a maioria não trabalha. Pede desculpas, mas coloca todo mundo no liquidificador. Todos aqui devem que fazer uma união. É um elo, é uma corrente para brigarem pelos mesmos motivos. Precisam no mínimo de respeito e não estão tendo esse respeito aqui na SMS. Que sua fala seja consignada.

**Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Passa a palavra para a convidada Dora Lima, da região da Sé: Diz que considera um absurdo o encaminhamento para daqui a um ano. Os idosos morrem esperando consulta com especialista. Ela mesma espera há 5 meses. Não podem brincar com a saúde. Que a pauta dos medicamentos seja contemplada no próximo Pleno. São mais de 3 milhões de idosos entre os habitantes.

**André Ancelmo Araújo, conselheiro titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Encaminhamentos propostos: 1- Solicita aprovação do CMS para que se faça um requerimento com base na LAI – sobre agenda regulada e acesso à agenda local; 2-Denunciar a Secretária Sandra Sabino, na Corregedoria e MP, por obstrução aos trabalhos do CMS quando ela e sua área não fornecem informações ou deixam de participar das reuniões para as quais foram convocadas com antecedência. Esta é a 3ª reunião para tratar do Laboratório de São Miguel.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Consulta o Pleno, considerando os encaminhamentos propostos pelo conselheiro André Ancelmo: – Aprovados os encaminhamentos por maioria. A Comissão executiva vai dar conta deles.

**Próximo Ponto: Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa (AFIP) tem resposta por escrito que todos receberam e que consta da Ata na página 3.**

**Próximo ponto: Plano Municipal de Saúde 2026/2029**

**Fernanda Braz Tobias de Aguiar, Coordenadora da ASPLAN:** Conforme já haviam pactuado, acha que vale a pena retomar o processo de construção do Plano discutido com o CMS desde o começo do ano, também passando pelas conferências. A partir da do recebimento do documento em versão final, o CMS fez uma análise, um parecer que se estruturou por meio de uma resolução para a reprovação do plano. Isso foi feito em novembro e em dezembro, mutuamente se procuraram para conversar sobre esse processo. ASPLAN veio à reunião da Comissão Executiva ainda em dezembro, para conversar e entender as demandas do conselho em relação ao Plano. Diz que a partir daquilo que foi trazido de maneira bastante veemente e crítica em relação àquilo que se apresentava no plano, saiu no final de dezembro com o compromisso de trazer uma proposta para pensarem juntos. Foram faladas várias perspectivas, seja novo Plano, revisão, adaptação. Conversaram nessa semana, fizeram uma apresentação para a Comissão Executiva, mas o que acha que vale a pena dizer e acho que esse compromisso importante, falando para todos os presentes, é que essa situação é também a demonstração do exercício do controle social, dentro da lei do SUS está prevista a ação do CMS; essa ação é deliberativa e assim vocês fizeram a partir de uma análise crítica, e cabe à Gestão olhar para isso que foi apontado. Em dezembro ocorreu uma conversa para, inclusive, entender sobre abertura ou não de ambas as partes em relação a olhar de novo para o PMS, e acha que estão de acordo de que sim, é importante ter um Plano que incorpore essas demandas. Acha que um ponto que ficou muito forte da fala do Conselho era do Conselho se ver nesse processo, que houve uma ruptura desse processo, de ter uma participação que foi até certo ponto e daí pra frente não foram vistos alguns aspectos importantes que foram colocados pelo CMS. Vai retomar aqui aquilo que partilhei nessa semana com a Comissão Executiva. Não vai fazer apresentação porque considera não ser necessário, mas

vai falar daquilo que trouxe como entendimento dessa apresentação. Então, a nossa proposta de trabalho está orientada para os apontamentos críticos expressos na resolução do CMS. Foram criados três grandes blocos, um que é o incentivo, atualização das metas que possam ser melhor alinhadas aos objetivos relacionados a essa crítica geral ao conteúdo das metas, fizeram o levantamento daquilo que está apresentado na resolução de novembro. Um é um incentivo, porque vocês trouxeram alguns apontamentos específicos e alguns que são transversais. Então, o primeiro ponto é que as áreas olhem de novo para os seus compromissos assumidos e a partir dessas diretrizes, vejam se é possível fazer melhores alinhamentos entre o objetivo relacionado e aquilo que elas propuseram. Entenderam ser importante a devolutiva para os 47 pontos especificados na resolução sistematizaram aquilo que vocês apontaram e Encontraram 47 pontos a serem respondidos. O segundo ponto, considerado uma frente importante para essa nova versão do Plano é o alinhamento de algumas temáticas que vocês trouxeram com maior centralidade, que são temas que não são pontuais, mas que atravessam diversas preocupações apresentadas, que aquilo que o entendimento do CMS e aquilo que a gestão apresentou tem uma maior distância. Então, os temas que vão de alguma forma aprofundar por conta dessas demandas do Conselho são: Atenção Primária em Saúde, que vocês trouxeram a questão da oposição atenção primária e urgência/emergência, saúde da mulher e saúde da criança principalmente olhando para a situação de saúde e seus resultados, a questão da saúde mental que vocês haviam pontuado na devolutiva parcial e a gente já tinha tentado responder algo na primeira versão do Plano, a questão da violência que os conselheiros consideraram que estava distante daquilo que é necessário para o município. Um destaque que também foi colocado, mas foi lembrado pela Comissão Executiva, é a Saúde do idoso e envelhecimento e um tópico que a gente colocou, a gente entende mais amplo como Gestão de Pessoas, mas que inclui temas relacionadas à Saúde do Trabalhador e o funcionalismo público. E, por fim, há também proposta de uma revisão para que tenha maior destaque aos aspectos relacionados à equidade e às interseccionalidades. Para esclarecer, para a gente deixar elucidado qualquer tipo de dúvida em relação à sequência dos instrumentos de gestão do SUS com esse Plano revisto, tem uma nova PAS 2026 e por consequência, a PAS 2027. Vão trabalhar neste novo Plano, e dele deriva uma nova PAS 26 e dentro do ciclo, em março têm que elaborar a PAS 27, porque o compromisso pela lei é apresentar para o Conselho em abril, então, teremos um começo de ano com a produção de muitos instrumentos de gestão do SUS, a finalização do ciclo 25 e a retomada do ciclo 26/29 com essa incorporação. Quanto ao prazo, sabe das preocupações do CMS e propõe pactuar trinta dias a partir de hoje, em atendimento à solicitação dos conselheiros. vem aqui para formalmente no pleno. Apresenta formalmente esse compromisso para que seja registrado em ata e que em breve tenham essa nova versão do Plano. É importante a abertura, que sigam em diálogo ao longo desse um mês. Declara que já estão em conversas com as áreas técnicas responsáveis por esses temas e espera que nesse um mês consigam aproximar e incorporar essas demandas do Conselho no Plano e o compromisso dessa entrega, conforme combinado.

**André Ancelmo Araújo, conselheiro titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:**

Manifesta-se dizendo que considera trinta dias um tempo bom. Aguardam a entrega no mês de fevereiro, e faz só uma recapitulação. Então, elaborou um cronograma de como ficou essa questão do PMS. Passaram sete meses pautando o PMS. Às vezes ASPLAN vinha o Estevão veio, depois não dava para vir, e depois o Estevão saiu. Depois não dava para vir porque a área tinha perdido o Estevão e depois Fernanda veio, praticamente no último Pleno em que nós pautamos. Quando Fernanda trouxe a perspectiva de apresentar uma versão preliminar que, naquele momento, não era para o Conselho, era para a população em geral e questionaram, pressionaram acabando por receber uma versão preliminar também, mas a fala naquele momento foi que o prazo seria entregar em data específica. O Conselho recebeu o PMS e a Comissão de Políticas de Saúde, que historicamente sempre foi a responsável pela análise preliminar para depois socializar com os demais essa avaliação, convidou a ASPLAN para uma reunião, que se recusou a participar da reunião. Declarou que apenas participaria da reunião da Comissão Executiva. Considera importante mencionar isso para não parecer que o CMS não dialoga, não está disposto a conversar, a entender e não é assim. Na reunião da Comissão Executiva foi eleito relator. Na ocasião, juntaram, sistematizaram todas as contribuições que vieram do território e ele digitalizou e enviou para a área, recebendo reclamações. Na

outra reunião da Comissão de Políticas de Saúde, veio uma funcionária da ASPLAN, que não vai citar o nome, e disse que a coordenação da ASPLAN tinha decidido não gastar mais tempo com o CMS e que se quisessem fazer qualquer discussão com relação ao que está no PMS, que procurassem a área. Lembra que o papel institucional da ASPLAN é o planejamento e se o PMS não for instrumento de planejamento da SMS, não sabe o que é. Relata que foi chamado de mentiroso por outro funcionário de ASPLAN. Rapidamente percebeu que mudaram de ideia e estão dispostos a gastarem energia não com o CMS, mas desenvolvendo um trabalho que é inerente à ASPLAN, que faz parte da sua rotina. Cita o diagnóstico situacional, onde ASPLAN apontou o aumento de 87% de lesões auto provocadas e deste aumento, 20% em crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. Estão tentando se matar e estão se matando. Crianças estão morrendo, bebês estão morrendo. Aí o secretário veio, vai parafrasear. O secretário veio numa reunião para justificar o fechamento da maternidade HSPM, dizendo que não nasce mais bebê, que reduziu. A pirâmide de fato inverteu. Mas se está nascendo pouco e a gente não cuida, a gente deixa morrer, a gente não garante que essas crianças tenham a primeira consulta, 100% das crianças com primeira consulta em 30 dias, porque no Plano são 60% delas. Nós queremos 100% das nossas crianças com consulta em 30 dias. Sabe por quê? Porque a cidade de São Paulo aderiu ao Pacto pela Primeira Infância e lá no Pacto pela Primeira Infância tem a primeiríssima infância, que inclusive teve um curso recente agora sobre o cuidado na primeiríssima infância, que diz que tudo que nós tivermos que fazer por uma criança tem que ser até os primeiros 4 anos de vida dela, porque isso muda a vida. Então, não é o que nós apontamos, é o que vocês trouxeram de problema e vocês não trouxeram solução para esse problema. Diante disso, chamaram ASPLAN e área técnica, que não compareceram, e fizeram análise com base nos próprios conhecimentos, com base na realidade do dia a dia, sem a participação da SMS, que não se dignou a comparecer para dar explicações. Não houve interesse de dialogar com o CMS até aquele momento. O PMS foi reprovado pelo CMS. Relata que em dezembro, recebeu ligação de pessoa da AGP, convidando-o para uma reunião paralela no Gabinete, que recusou, porque o lugar de discussão sobre as questões e a política é aqui. Mas recebeu essa ligação, assim como outros conselheiros. O Fabio Salles ligou para todo mundo e ele queria colocar o social comunitário com pessoas que não são conselheiras para discutir, e criar uma ruptura institucional dentro do Conselho, o que evitaram imediatamente. Quem pediu para conversar com ASPLAN foi o gabinete. Obviamente que não há neste exato momento no Ministério bloqueio de recursos, mas há um grupo de trabalho constituído para avaliação dos instrumentos e resultados dos municípios, a fim de bloquear repasses e também há uma decisão do ministro Flavio Dino, de que as emendas parlamentares precisam estar diretamente associadas a um instrumento de gestão válido. Agora, é óbvio que o Conselho precisa manifestar essa situação de aprovação ou reprovação no DIGISUS, que só vai abrir agora no final de janeiro, primeira quinzena de fevereiro, que é para quando todo mundo vai começar a subir os seus Planos. É por isso que o Ministério já fez uma instrução normativa dizendo, que enquanto não está aberto, submeta fisicamente para que seja analisado e depois colocado lá. Depois, toda essa situação da recusa de ASPLAN de dialogar, da recusa do Gabinete de dialogar, da recusa das áreas Técnica de dialogar, foi que chegaram nesse contexto. Diz que o CMS está sempre disponível ao diálogo. E o menor exemplo de que é o Gabinete não tem interesse foi a área Técnica não ter vindo discutir hoje dois pontos que são extremamente importantes: Assistência Laboratorial e o acesso à atenção básica, porque as pessoas não estão uma consulta com o clínico geral e não conseguem acesso avançado à consulta. Finaliza, dizendo à Fernanda que vão aguardar os 30 dias, vão aguardar essa versão do Plano, vão analisar com respeito, com decência, com conhecimento compartilhado entre todos. Seu relato foi para evidenciar que a questão não foi falta de tentativa de diálogo por parte do CMS. Relata que o coordenador da Comissão Executiva e sua adjunta tentaram marcar agenda com o Secretário para discutir sobre o PMS e não foram recebidos nem receberam resposta.

**Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais:** Agradece à Fernanda, pela sua disposição de estar aqui hoje para falar com o CMS e trazer esses esclarecimentos. Ressalta que foi feita uma análise na Comissão de Políticas de Saúde bem extensa sobre o que precisariam para que esse Plano tivesse essa menor distância entre o que é demanda do Conselho, que na verdade é a demanda da população e o que é a demanda da Secretaria. Ressalta também que

quando receberam o Plano na Comissão de Políticas de Saúde, ele já chegou fechado, apesar da insistência para que ele chegasse antes e que pudessem trabalhar na sua construção. Isso foi negado durante todo o ano e quando ele chega, chega fechado, sem a possibilidade de alteração. Então, nada do que produzissem seria considerado no Plano quando foi recebido para análise aqui. Isso dificulta um pouco, porque depois vêm as consequências que o conselheiro André bem ressaltou. Agora, preocupa-se muito com a forma como foi tratada no Plano a Vigilância em Saúde, que não foi mencionada na fala da Fernanda. Teme que seja negligenciada, hoje foi citada na sua fala a Vigilância em Saúde do Trabalhador, mas no Plano anterior ela sequer foi mencionada. Hoje, deu uma pincelada de que existe uma preocupação com a questão da vigilância em Saúde do Trabalhador, mas as demais áreas da vigilância não foram contempladas nessa fala. E apenas ser citada como atividades dentro da Atenção Básica é que a preocupa, por conta de já ter sido uma coisa que foi negligenciada e a gente apontou tanto no relatório da Comissão de Vigilância em Saúde, como da Vigilância em Saúde do Trabalhador, que nosso apelo é para que seja considerado aquilo que foi colocado nas conferências temáticas, tanto da Vigilância em Saúde quanto da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Isso foi colocado no relatório.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Fala da pactuação firmada aqui. Tudo já foi falado, acha a importante registrar que os apontamentos do CMS não são exigências supérfluas, não são exigências exageradas, não são esdrúxulas, são exigências básicas quando se pensa e vive a situação de Saúde do município de São Paulo. Por muito tempo se preocupa com um posicionamento que existe de desclassificação aos conselhos, aos componentes do Conselho e que sempre dizem existir uma posição que é sempre técnica, entregue pela Gestão, e o controle social não é técnico. O SUS é baseado na presença de trabalhadores, gestores, usuários. Acha que estão em um momento, embora considere até ofensivo dizer isso, as pessoas que lutaram para que esse SUS que a gente conhece exista, tem aqui ao seu lado várias pessoas que são figuras que lutaram muito para que o SUS exista, como a gente existe. Considera ofensivo dizer o que está falando agora, mas a gente tem uma sociedade civil, componentes de usuários altamente qualificados no controle social, mesmo que não sejam pessoas com capacitação técnica na área da saúde. Acha que precisam reconhecer os apontamentos que o controle social faz dentro dos Planos, desse planejamento todo de saúde. Apontaram como itens fundamentais nesse Plano, o foco adicional, ou quando não tinha na área da Atenção Básica, na Vigilância, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde Mental, Gestão de Pessoas, Idosos e questões pregressas que foram abandonadas no Plano anterior. Então, vamos aguardar nesse prazo de 30 dias. Espera que se tenha um produto que corresponda aos anseios do controle social e está se colocando como Coordenador da Comissão Executiva, assim já trazendo a conselheira Erica, que é sua adjunta, em completa disponibilidade à ASPLAN, para qualquer questão ou caso tenha qualquer dúvida para que possamos ter a apresentação de um produto no próximo Pleno, que seja o mais próximo dos anseios da sociedade civil.

**Fernanda Braz Tobias de Aguiar, Coordenadora da ASPLAN:** Esclarece que não citou a Vigilância, mas foi algo conversado e está prevista sim. Foi reforçada a perspectiva transversal da Vigilância. Uma questão que considera importante e que foi conversada na terça-feira, o conselheiro André trouxe aqui uma retrospectiva a partir da perspectiva do CMS, mas conversaram que aqui estão exercendo papéis. Está aqui como coordenadora da ASPLAN, representante na Gestão, assim que estão aqui conselheiros e eventualmente vão ter momentos de maior encontro e momentos de maior dificuldade nesse diálogo. É uma relação com dois polos e nesses polos teve momentos em que conseguiram construir e produzir caminhos muito potentes e fica muito feliz com isso. Mas de fato houve desencontros e isso não é um demérito, acha que também parte dessa tensão quando se pensa no SUS tripartite. Ele não é à toa tripartite, porque todas essas vozes têm que ser colocadas. Isso não é necessariamente um equilíbrio o tempo todo. Eventualmente haverá disputas, desentendimentos, mas o exercício desse controle social é isso, permanecer em diálogo e discutir esses tópicos. A gente teve um ano que o Plano foi de fato pautado no CMS. Estiveram presentes, se fizeram levantamento das atas, em diversas vezes aqui. Acha que houve expectativas no Conselho que de fato a ASPLAN não atendeu, nesse sentido de algumas expectativas dessa construção. Mas também



acha que do outro lado do Conselho vocês tiveram a liberdade de pensar nessas estratégias e assim fizeram. Em momentos anteriores acha que foi uma opção do Conselho não fazer assim. Quando apresentada a versão final, após o parecer do Conselho, foi reapresentado um Plano. Então, o Plano 22/25 tem uma versão que foi colocada a consulta pública, uma versão entregue ao Conselho e uma outra versão pós apontamentos do Conselho. Não havia nenhuma regra que dissesse que o Conselho levasse apartamentos antes da sua deliberação e pudesse ter uma outra versão. Foi uma escolha do Conselho, assim o deliberar e, a partir da sua deliberação, trazer apontamentos. Considera importante também elucidar essa questão, porque são caminhos possíveis. E esse Conselho decidiu deliberar, reprovar, para que fossem então apresentadas suas posições e apontamentos. Acha que não tem muito mais a acrescentar. Reitera o que já disse, acha que não precisamos repetir alguns pontos. Essas preocupações que vocês trouxeram estão no radar, estão em discussão.

**Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Declara que esteve presente nessa última reunião, como foi apontado e realmente a Vigilância em Saúde foi um ponto que infelizmente está no guarda-chuva da Atenção Básica, o que prejudicou muito essa questão da priorização da Vigilância em Saúde, mas foi um tema, um assunto que foi muito destacado, porque abrange uma série de questões que vão impactar na assistência.

Como o presidente do CMS é o senhor secretário e ele não comparece, ASPLAN é a representante definida, designada para as questões do Plano Municipal de Saúde. Por isso que, como já foi dito, ASPLAN não é convidada, ela é parte integrante da construção desse planejamento. Pede para que as contribuições, que por acaso a Gestão não entender, mas que devam ser incorporadas ao Plano, que seja feita uma justificativa. É o mínimo que a Gestão pode fazer, porque aqui nós estamos todos para construir. Ninguém aqui está para boicotar, nem fazer nada contra a gestão. Queremos que o SUS aconteça da melhor forma possível. Estamos aqui no CMS representando 12 milhões de pessoas. Não estamos só por nós mesmos. Isso tem que ser considerado. E queremos resolver neste mandato. Muitos de nós vão estar aqui até o dia 31 de julho. Por isso há pressa. E quem tem dor também tem pressa, quem tem fome tem pressa, quem sofre tem pressa. Temos essa obrigação de resolver essa questão neste mandato ainda. Deixar um legado para o próximo mandato, no que pudermos, para continuidade dos trabalhos.

**José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:**

Agradece a presença da Fernanda, mas reflete que ela não precisaria estar aqui se a ASPLAN realmente tivesse feito o PMS junto com o CMS e as bases onde deveria ter feito, porque esse ano faltou muita coisa, Saúde da Mulher, questão das crianças, idosos, Saúde Mental; são várias coisas que faltaram. O prefeito foi inaugurar uma UBS no mês passado, a UBS Kioto. Nunca tinha visto o prefeito elogiar tanto o Conselho Municipal de Saúde. Ficou surpreso, porque na maioria das vezes ele não fala nem do Conselho, nem o secretário fala. E dessa vez, parabenizou o Conselho Municipal de Saúde, quem está na luta pelas políticas públicas na cidade de São Paulo. Mas após isso, soube de uma notícia sobre Hospital Municipal de Parelheiros, que corre o risco de fechar as portas para atendimentos gerais, atendendo apenas urgências. Isso vai sobrecarregar nossas UBS e UPA. Unidades que já estão lotadas e deixar Marsilac, Parelheiros e toda a região da Capela do Socorro sem hospital de referência. O que pedem é a manutenção de todas as especialidades em cirurgias, hospital de portas abertas para a região. Chega de descaso com o extremo sul, toda a região de São Paulo, infelizmente. Precisam da ajuda do CMS, mas estão tomando providências para que chegue ao MP e precisavam trazer aqui, pelos movimentos sociais.

**Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde**

**Centro:** Passa a palavra ao convidado Tarcísio Farias: Manifesta-se em concordância com a maioria das falas dos conselheiros. Diz que o lugar de diálogo da sociedade brasileira construído historicamente pelos trabalhadores e usuários, o lugar de diálogo da política pública é o seu Conselho. Seja municipal, estadual, seja nacional, seja Supervisão, seja unidade. Solicita que todos leiam a legislação. A lei que cria o SUS diz que o governo de Gestão é obrigado a fornecer informações e assessoria do gabinete e o setor técnico também é. Lugar de diálogo de política pública é o Conselho. Se ASPLAN não entendeu isso ainda,

preocupa-se. A assessoria do gabinete tem que respeitar a lei. Fala sobre as demandas das regiões, todas apresentaram e até onde sabe, nenhuma foi contemplada.

**Convidada Márcia:** Fala da necessidade de desmantelamento odontológico. Das Unidades que não possuem atendimento odontológico. As especialidades odontológicas possuem filas imensas. As pessoas com necessidades especiais aguardam por 4, 5 anos para atendimento odontológico. Espera que na nova versão do PMS sejam contempladas essas questões.

**Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais:** Reforça o problema de Gestão de Pessoas. Quando a Fernanda falou do funcionalismo, só para ficar mais explícito, estava falando não só da preocupação em relação à saúde do trabalhador, mas entende que vocês também vão avaliar a questão do déficit de profissionais, reforçar que dentre os apontamentos feitos na resolução, de que é preciso olhar para a situação da prefeitura, que a gente entende que o poder discricionário dessa Gestão escolhe pelas OSS, mas nós temos unidades da administração direta que estão defasadas, tanto na saúde mental, vigilância que a gente já tem pedido de concurso. Foi demonstrada a necessidade. Existem até acordos de dissídio de dois anos que a Secretaria ainda não cumpriu. Reforça para que isso não passe despercebido, porque a gente precisa que essas áreas sejam recompostas e não dá para ter uma Gestão só com as empresas privadas que se dizem filantrópicas atendendo a saúde, porque isso causa um desequilíbrio, fica descompassado, porque acaba ficando o município na mão dessas empresas. Então, reforça que isso não pode estar fora dessa nova proposta que vocês vão trazer.

**Neide Salles Biscuola, passa palavra ao convidado Santana, da região Oeste:** – Santana – Deixam controle social fora de tudo desde os anos 90. Nesta gestão essa situação se aguçou. Diz que se o CMS sofreu desrespeito na questão do PMS, imaginem os conselhos de unidades. Cita o Conselho da STS do Butantã. Primeiro, tiveram uma luta para que o Hospital Universitário, o único Hospital da região, tivesse interligação com a atenção primária, porque sabem que o Cross não funciona e gasta uma fortuna, mas não funciona. O Supervisor Técnico de Saúde do Butantã proibiu uma reunião chamada pelo Hospital com a base, com conselhos de unidade, com a Supervisão Técnica, proibiu e todos os gerentes das unidades não poderiam participar. Trabalhadores foram ameaçados. Ele mandou uma determinação que provavelmente tenha vindo da Secretaria, porque as a gestão lá representa a Secretaria de que todos os ofícios de conselhos deveriam ser assinados por todos os conselheiros, o que é absurdo. Porque imaginem o conselho fazer a reunião, tirar um ofício e ter que ir de casa em casa para que essas pessoas assinassem para ter validade. Fica aqui registrada essa denúncia e o pedido de apoio que a executiva já deu, mas que este Pleno não acate esse tipo de atitude que afasta os conselheiros da participação do PMS, RAG e ficam de fora importantes membros do controle social.

**Fernanda Braz Tobias de Aguiar, Coordenadora da ASPLAN:** Declara que vai tentar resumir alguns pontos. Algumas perguntas foram em relação à elaboração, o processo de elaboração. O papel da ASPLAN é coordenar esse processo de elaboração junto às áreas técnicas. Pensar nessa metodologia e apoiar as áreas técnicas na elaboração dos seus compromissos. Os compromissos que são assumidos pelas áreas técnicas são discutidos na sua coordenação, são validados por seus coordenadores, eventualmente validados pelos seus secretários executivos e o Gabinete como um todo. Então, ela é uma produção que acontece com discussões de metas que acontecem nas Coordenadorias e Supervisões, e na metodologia, aquilo que colocaram como diretrizes, que elas sejam pactuadas com seu controle social local e aqui para a Secretaria, o apoio da ASPLAN também é na formulação das metas. Então, o conteúdo é de responsabilidade daquele que conhece, o papel de ASPLAN é fomentar que eles procurem usar diagnósticos, séries históricas, referências. Papel de fomentar essa reflexão, olhar para esses desafios, problemas e tentar chegar em objetivos e metas. E cada área técnica vai, a partir do seu olhar e do seu diagnóstico, produzir os seus compromissos, que devem ser validados por seus coordenadores, e assim por diante. Há um conjunto que, no final das contas, é que representa a Secretaria e, portanto, tem esse olhar

partilhado por muitos em relação às metas. Em relação à bucal, muitas das coisas que foram mencionadas são compromissos do ciclo atual.

Inclusive, sobre a fila de espera dos serviços para pessoas com algum tipo de necessidade especial, é algo que a gente ficou bastante contente com esse último ciclo que se encerra agora; conseguiram que a saúde bucal tivesse apresentada não só na atenção primária, mas que também tivesse compromisso da especializada, atenção hospitalar e outros aspectos. Nesse ciclo que se fecha agora tem esse conjunto de compromissos. Sobre a PAS 26, que o senhor tinha perguntado, a ideia é essa, com um novo Plano, uma nova PAS 26 e a elaboração da 27, que será apresentada no cronograma regular dos instrumentos de gestão do SUS. Essa questão da construção vocês trouxeram de maneira bastante enfática. A relação nossa é institucional, ela é sempre tranquila, mas estamos aqui novamente para de fato ter o melhor produto para a população de São Paulo. Diz que não tem dúvida alguma de que teremos um Plano melhor depois desse momento. Podem depois questionar e fazer um balanço dos caminhos em que isso foi feito, se esse foi o melhor caminho ou não na perspectiva de cada ator, mas independente do caminho, a gente tem os insumos do controle social e a possibilidade de ter um Plano melhor para Secretaria e de fato para a população de São Paulo. Reitera que gostaria que o prazo fosse de 30 dias a partir de hoje e está à disposição para quem mais precisar.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Agradece à ASPLAN. Pontua que esses trinta dias são corridos. Espera que os produtos reflitam os anseios do CMS, do controle social. Reitera sua disponibilidade e da conselheira Érica para dirimir qualquer dúvida ou dificuldade que tenham em seus processos e procedimentos. Todos os documentos produzidos pelo Conselho até que sejam aprovados pelo Pleno são apócrifos, lembrando assim que as pessoas estão mencionando documentos que não têm aprovação ainda. Essa resolução do CMS sobre o PMS, até que ela seja aprovada pelo Secretário de Saúde ou pelo Conselho Municipal de Saúde, é uma resolução apócrifa. Não se faz publicidade sobre ela porque não faz sentido. Assim é formalmente, qualquer menção à PAS 26, porque ela não foi, até agora, tratada pelo Conselho. As resoluções que foram aprovadas pelo Conselho têm um prazo para que o nosso presidente, Secretário Zamarco, possa assinar ou não, porque não assinando, em 45 dias a Comissão Executiva do CMS vê o momento mais adequado para que seja recolocada no Pleno para nova votação. Tudo consta do Regimento do CMS.

### **Próximo Ponto – Escola Municipal de Saúde.**

**Cláudia Regina de Moraes e Abreu, Assessora da Escola Municipal de Saúde:** Relata que trabalha na Escola Municipal de Saúde especificamente como Diretoria Pedagógica da Escola Técnica do SUS de São Paulo e pediram-lhes para fazer uma apresentação do resultado das lives que realizaram. Fizeram um plano de ação para que pudessem fazer essas lives. Esse plano começou em maio de 2025. Vocês têm uma série das datas em que conversaram e pactuaram na Comissão de Educação Permanente do CMS, em maio de 2025. Foi enviada uma pesquisa para os conselheiros e para os AGP, que responderam dizendo quais eram as temáticas que gostariam de ouvir, de participar, de aprender, enfim. O plano de ação passou nas instâncias cabíveis e a primeira live aconteceu no dia 28 de agosto e a última no dia 11 de dezembro. As temáticas das lives: "Conhecendo o SUS e as Redes de Atenção"; depois, "Conhecendo o Papel do Conselheiro". "O que é o Conselho Municipal de Saúde?" "O que é um conselho gestor e para que eles foram criados?" Depois, "Quais são os objetivos dos instrumentos de gestão?" Ocorreram depois umas diferenças entre políticas públicas e políticas partidárias e nós finalizamos com "A Conduta do Conselho Gestor", a única live gravada porque o aconteceu aquela tempestade aqui em São Paulo e houve problema de energia. Fizeram uma gravação que está disponível nas duas plataformas onde estão operando. Tiveram até aqui 6.168 visualizações acumuladas. As Lives são gravadas pela plataforma da GuruMatch, que é a plataforma que a Escola Municipal de Saúde usa para seus cursos e ela é, posteriormente eles vão para o canal profissional, que é o canal da Escola Municipal de Saúde, que fica no YouTube para todo o sempre.

Essas lives todas são de acesso aberto, estão lá disponíveis. Então, por exemplo, a gente tem as visualizações, a quantidade de pessoas que assistiram a Live na hora e depois a gente tem as visualizações acumuladas. É natural e esperado que quanto mais antiga seja a Live, no sentido do tempo, mais visualizações elas tenham. Então, vocês podem perceber, a primeira live com 2.400, 1.300, 1.300 bem parecido, tá? Isso foi no dia que da apresentação, se a gente for ver hoje, tem mais. É interessante perceber o seguinte: as visualizações simultâneas são aquelas que as pessoas ficaram na live do começo ao fim, tanto que vocês podem ver, a gente tem 838 pessoas que se inscreveram na plataforma GuruMatch, que é uma plataforma que a gente tem mais acesso do que o YouTube. A gente não tem como saber quem, quando, como entrou para o YouTube, mas na GuruMatch a gente tem. Houve 838 inscritos, 751 visualizações acumuladas e 485 visualizações simultâneas. Quer dizer, é o número de pessoas que assistiram as lives do começo até o fim. Para dar um certificado, a gente precisaria de algum tipo de confirmação de que a pessoa assistiu a live, então a gente fez um pequeno questionário e um número x de pessoas respondeu, isso só no dia da live. As pessoas que responderam e acertaram a resposta receberam o certificado. Então, da primeira nós tivemos 464 respostas, com 34 certificações emitidas, que são pessoas que se ocuparam em responder. Isso quer dizer que a pessoa que quis o certificado e ficou o tempo inteiro, das 400, 34 quiseram e receberam o certificado. Na segunda live, 278 pessoas preencheram a lista de presença, com 28 certificados emitidos. Na terceira, 186 respostas, com 28 certificados emitidos. Na quarta, 78 respostas com 19 certificados. E as pessoas que pedem o certificado, elas não são todas as mesmas, mas existe uma constância nas pessoas que pedem o certificado. Na quinta, tivemos 78 respostas e 13 certificados emitidos. Na última nós não tivemos porque foi gravada, então não teve a publicação de certificado. A ideia dessas lives era que nós pudéssemos promover algumas conversas sobre assuntos que são do interesse dos conselheiros, que foram as pessoas que escolheram as temáticas e que pudesse haver um debate no sentido de que as pessoas assistem, fazem perguntas e existe aí uma troca. Uma outra preocupação nossa em relação a essas lives é que houvesse um letramento digital, que as pessoas que se acostumassem a poder acessar pelo telefone, uma plataforma digital, se acostumassem a fazer, a mexer numa plataforma EAD, para poder inclusive fazer um curso EAD porventura, e a gente então entende que do universo de 9.500 conselheiros, chegar a um número de 6.000 e tantas visualizações é pequeno, ou 748, que são o número de visualizações de pessoas que ficaram do começo ao fim. É pequeno, mas é um começo. Acha que é um produto que também tem que se levar em consideração que as pessoas estão se acostumando com a linguagem. E considera que nisso foi bem sucedida a experiência na medida que foi feito o tutorial, foi enviado o tutorial de como acessar a plataforma para os conselheiros e, enfim, para todas as pessoas interessadas, inclusive aquelas que são da sociedade e que fazem aí parte do universo, porque o YouTube é aberto. As pessoas que puderam assistir. Foram seis, que era o nosso compromisso para 2025. Ainda existe uma gama grande de temáticas, pois o questionário tinha umas 30 respostas e depois fizeram uma tabulação. Declara que estão à disposição da Comissão de Educação Permanente para dar continuidade ou não. Mas esse era uma prestação de contas. Só tem a agradecer.

**Dra. Josiane Motta e Motta, Coordenadora da Escola Municipal de Saúde:** Agradece a equipe porque para organizar um produto digital é algo hercúleo. É complicado, bem complicado principalmente nesse tempo que cai o sistema, cai a luz, etc. É um desaforo. Mas o canal YouTube Profissional é um canal muito interessante para vocês usarem como ferramenta, usarem como uma forma de leitura de letramento também. O ponto é que esse aprendizado demanda também essa Gestão que vocês estão fazendo aqui, que fica muito emocionada em ver essa Gestão. Acha que a Escola tem condições, já está conversando com a Tatiana que pediu a referência da Priscila e a gente tem condições de ajudar vocês a fazer materiais. - “Esse é o nosso papel, então podemos seguir com isso, estamos aqui para fazer isso.” Em relação a outra pauta que seria a questão das Escolas Regionais e mudanças, ressalta que perceberam que havia fragilidades nas Escolas Regionais. Fizeram um projeto que é um projeto do portfólio. Cada um construiu seu portfólio, mostrando sua área com fotografias toda a sua área geográfica, seu espaço, as suas questões de RH e principalmente de ferramentas. Foi até à Escola Sudeste, que tinha maior fragilidade em termos de espaço, foi uma visita de cortesia, lembra bem que as Escolas Regionais são de governabilidade das Coordenadorias.



Então, uma visita de aproximação, de cortesia e de articulação. Na mesma hora, a Dra. Andreza se dispôs a reestudar o projeto. Ela tinha uma proposta de um prédio ser utilizado e na mesma hora ela viu uma chance de realmente mudar. Relata que foi até a Norte, que se propôs também a ver e falou que se se houver uma mudança, não podem ir pra um lugar menor. São 600 m2. Ela ficou de estudar também. Em relação à Sul, pediu para falar, mas a Sul não conseguiu atendê-la. Havia uma mudança de gestão e a própria Coordenadora da Escola regional pediu para adiar a visita. A Oeste tem um espaço bom, reclamam um pouco de RH. Os portfólios, pode mostrar para todos. Eles têm uma riqueza de material de RH muito bom e hoje, com o mundo moderno, isso é suplantado pelas ferramentas digitais em termos de educação digital. Estão propondo ver esse portfólio e criar projetos. Com esses projetos, tentar via financiamento COAPES, esse arcabouço técnico ser construído ali através de projetos. Vão ver se conseguem evoluir esse ano e espera e conta com vocês também para apoiar a Escola Central.

**Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Declara que não entendeu a proposta de projeto para pedir financiamento. No seu entendimento, essa disponibilidade tem que ser a partir da Secretaria, e verba para isso eles tem.

**Cláudia Regina de Moraes e Abreu, Assessora da Escola Municipal de Saúde** – Explica que já falaram bastante sobre essa questão na Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Não existe verba destacada para as Escolas realizarem seus projetos. Não têm financiamento próprio e existem há 36 anos. As escolas trabalham a partir de verbas que vêm do governo federal e do governo estadual, para a educação permanente, quando esse dinheiro aparece. Então, quando a Joseane traz a ideia de projetos, é um projeto para que a gente possa justamente ter esse dinheiro, que não vem pela gestão. Ele pode ser um dinheiro que venha, como já veio em outras épocas, através da UNESCO, da OPAS ou do MS, mas precisam prospectar. Não tem uma verba própria que se possa pensar todo ano e planejar. Por isso que as coisas demoram tanto. O projeto falado pela Josiane é a possibilidade de se ter recursos. Não há verba própria. É preciso prospectar.

**Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** A OPAS proporcionou através do CNS curso para todos os Conselheiros. Era uma vaga pela OPAS e o resto deveria ser pago pela SMS e isso não foi disponibilizado. É tudo uma questão de interesses. Há dificuldades para os conselhos de base. Cita que lá atrás, foram compradas televisões para todas as Unidades de Saúde e foi montado um estúdio na sede da SMS para elaboração desses cursos. Isso entristece, porque as televisões estão lá abandonadas, sem utilidade nenhuma, sendo utilizadas para chamar pacientes com senha. Havia duas unidades por UBS. Não foi disponibilizado nenhum curso, muito pelo contrário, muitos usavam até para ficar jogando. Houve na época bastante conversas sobre isso, mas para aquilo que foi conquistado não se utilizou, então acaba estranhando vocês terem que apresentar projeto para outros órgãos, sendo que existe verba disponibilizada para isso, ou deveria ter.

**Dra. Josiane Motta e Motta, coordenadora da Escola Municipal de Saúde:** Explica que a EMS não é Unidade Orçamentária. Os projetos precisam acontecer sim. As escolas regionais precisam fazer projetos, porque hoje a educação é muito especializada. Falar com a gestão participativa, a gente precisa até de uma pessoa especializada em sanitarismo. A gente precisa de assessores. E a gente precisa criar projetos que sejam robustos e, principalmente, sustentáveis. Não é um projeto como o senhor citou. Relata que conhece o projeto. É o projeto da Speedcast lá atrás, das televisões, que era feito por satélite, mas que não se sustentou. A sua ideia hoje é totem, porque o totem funciona melhor. Então, a gente quer criar projetos. Precisam de assessores e projetos sustentáveis. Estão à disposição. A verba da SEM é aprovada pelo Conselho COAPES quando desenham projetos.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Diz que precisam resolver a questão do curso de

facilitadores que foi aprovado há anos e nunca aconteceu. Na única ocasião em que ele e a conselheira Erica estivemos com o Dr. Zamarco, questionaram o gabinete, porque o curso de facilitadores foi aprovado há anos, tinha orçamento e nunca aconteceu. Sabe que a EMS teve problemas na troca de Gestão, espera que agora esteja resolvido de vez porque o CMS tem muitas demandas, por exemplo um documento norteador do processo eleitoral, que se vocês tiverem disponibilidade para produzir um material facilitado para envio, por exemplo, nos territórios, seria incrível. Sobre as lives, primeiro faz mea culpa do próprio Conselho porque aprovaram as datas sem atenção ao próprio calendário, porque as datas que foram aprovadas coincidiram com o Pleno do CMS, mas ele, por exemplo, assistiu. O Conselho aprovou que faria a indicação de pessoas para estarem nas lives pela Comissão de Educação Permanente. Declara que assistiu às lives, exceto essa última, assistiu pelo YouTube. E fez reclamação nesse período porque, com todo respeito, não achou que a qualidade das lives foram boas. Muitas pessoas que estavam lá, embora possam ter conhecimento técnico, não tinham conhecimento sobre participação social. Observou e está registrado, que várias coisas que foram faladas não fazem sentido no Conselho, quando não, ainda intensificam conflitos que já existem nos territórios e com o próprio CMS, falando sobre, por exemplo, hierarquia de Conselho e tudo mais. Então, nesse ponto, eu acho que a EMS merece uma crítica porque havia um combinado que era uma aprovação da indicação das pessoas que participariam das lives e isso não foi feito. Aí tem uma culpa do Conselho, que, com essas lives nas mesmas datas dos Plenos, não pode indicar ninguém. Acredita que devem discutir essa questão com urgência. Para ele, embora a ideia das lives sejam boas e acha que ela possa ser utilizada para o próximo ano, não obtiveram sucesso. A plataforma usada não funcionava de forma alguma, foi ruim. Acha que passa sobre qualquer questão de, talvez, educação digital. Cita que o Teams também é ruim. Precisam pensar em facilitar os acessos para todos. Fala das fragilidades das escolas regionais, porque eram espaços onde havia possibilidade das pessoas se capacitarem

**Cláudia Regina de Moraes e Abreu, Assessora da Escola Municipal de Saúde:** Declara que pode responder. Em relação ao curso de facilitadores, existe uma questão que já foi dita e pode passar o SEI do processo para vocês na hora que quiserem. Diz que o curso está travado no jurídico. Nós não temos arbítrio para chegar no jurídico e discutir e dizer como quer que seja feito. Não é advogada. Quer dizer uma coisa, inclusive, que é muito complexa: - que “a lei de licitação mudou. E nós tínhamos, até 2024, que darmos conta e capacitarmos todos os trabalhadores nessas questões. Foi acontecendo, conforme a roda anda, o carro anda e a roda troca.” Então também há uma cobrança de saibam: ela, que é psicóloga, os seus estagiários, a Marilda, que também lida com isso, que sabem fazer licitação. Diz que precisa aprender. Acha que existem essas tarefas e não possuem nenhum tipo de apoio jurídico, então, não tem como saber escrever uma TR dentro da maneira jurídica para que os colegas aceitem se não for ensinada. Estão fazendo uma pactuação para que a coisa para que TR saia e consigam usar desses benefícios. Acha que essa é a realidade. Em relação à verba, gostaria de deixar uma coisa clara aqui: a verba é uma verba de Educação Permanente do Estado que pode ser alocada em qualquer projeto. Ela foi alocada neste projeto, mas ela não é uma verba exclusiva para ações do Conselho. Quis corrigir isso para não parecer que é um dinheiro que veio determinado para o Conselho. Trata-se de uma verba que pode ser usada, inclusive, Maria do Carmo, de sagrada memória, não usava dinheiro, se vocês lembram disso e a gente pode abrir uma reunião agora na próxima reunião da Educação Permanente e decidir o que a gente vai fazer com o dinheiro. Começam com os recursos que têm e não usa esse dinheiro, porque é realmente a utilização do dinheiro que está impactando que o curso saia. Está sendo aqui honesta e transparente, como eu sempre foi. Não está dizendo que não. Está dizendo que as alternativas são de pressionar o jurídico. Vai mandar para vocês o SEI para vocês acompanharem e fazerem uma coisa que eu estou pedindo desde o ano passado, pede ajuda para pressionar o jurídico.

Com relação ao conteúdo das lives, declara que não ficou estabelecido neste grau que teriam que passar pela aprovação do CMS, as pessoas que queriam que participassem. Foi o trato que foi feito com ela e não se lembra disso. Considera o mais importante tentar entender que é realmente uma área de tensionamento. Se acabaram chamando algumas pessoas que eram da Secretaria, ao invés de chamar pessoas de fora, existiu o problema de pagamento. Lembra que foram convidadas duas pessoas, da USP e PUC, que

desmarcaram. Não vê problema alguém dizer que não gostou. Espera que alguém tenha gostado. Acha que podem trabalhar para conseguir fazer alguma coisa mais próxima do ideal. Fazer lives ou podcast não é bicho de sete cabeças. Se quiseram criar um canal do CMS, podem. Também sente saudade da Rede São Paulo saudável.

Tinha curso, e o que tentaram foi crescer uma rede de conselheiros que vocês disseram para a gente que estava muito esgarçada e muito distante. O que tentaram foi trazer as pessoas para perto. E alcançaram cerca de 20%. Acha que para uma primeira iniciativa está bom, mas poderia ter sido melhor. Estão aprendendo.

**André Ancelmo Araújo, conselheiro titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:**

Considera significativo realizar atividades para uniformizar o conhecimento. Acredita que precisam avançar com a Escola no letramento digital dos Conselheiros. Acha que a Educação Permanente e Continuada deve ser gerida e gestada pela gestão, através da EMS. Precisam manter a parceria com a EMS. Defendem a EMS. Do ponto de vista do que o Conselho compreende que seja necessário naquele momento para a ser feita essa interseccionalidade com as escolas regionais, a ponto conseguir fazer com que elas também utilizem os seus espaços.

Chamem os conselheiros para dentro desse curso lá no território, usem aquele espaço para fazer com que essas pessoas consigam ir acessando. Vão avançar. Também declara que não gostei de uma parte das lives, mas 400 pessoas gostaram e 36 pessoas reafirmaram e pediram até o certificado. As outras provavelmente pedirão depois. Então isso significa que essas pessoas foram atingidas? Talvez. Aquele que não conhece nada, que está chegando agora, acha que é importante trabalhar nesse sentido.

O CMS não vai conseguir multiplicar e socializar todo o conhecimento. E nós vamos precisar de vocês que estão ali todos os dias trabalhando, pensando em novas formas do saber, do conhecimento, da transmissão.

**Dra. Josiane Motta e Motta, coordenadora da Escola Municipal de Saúde:** Concorde quando foi dito que pode ter sido uma discussão superficial, mas ao vivo nem sempre acontece tudo o que a gente quer. Existe um roteiro, uma discussão, tem tudo. Mas o fato é que mesmo procurando outras pessoas, elas faltam, e se vê que é a prata da casa que funciona, porque se você depender de outros, pode ser que ao vivo pessoa nem apareça, é preciso ter um suplente. O mais importante é que para o Conselho neste ano 2026, propôs um projeto porque acha que a ferramenta digital, o letramento teria que seguir talvez com a IA, com um chatbot, por alguma coisa que faça o Conselheiro entrar direto ali e que funcione melhor. Esse é seu plano para os conselheiros. Para a escola, pede desculpas para sair porque estão com a questão do COSEMS, trabalhando com prazo apertado. Promete vir outro dia aqui apresentar o kanban da Escola, que é bem legal.

**Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público:** Agradece a presença da EMS aqui e a apresentação. Acredita no formato das lives. O objetivo era alcançar os quase 10.000 conselheiros que existem aqui no município de São Paulo. Entende que tem pessoas que tem muita dificuldade de entrar. É no celular ou não tem Internet, não tem acesso por questões, então foi pensado passar lá no território e esses conselheiros terem acesso. É bom que ficou gravado, acha que foi produtiva a experiência. É uma maneira de atingir os conselheiros, mas replicando lá na base, dentro do equipamento, em uma reunião de Conselho e junto com o gerente, os três segmentos, apresentar e tirar a dúvida daquele tema discutido. Acha que só assim vão conseguir atingir e fazer uma capacitação boa para os conselhos. Primeiro treinar os gerentes sobre os temas, discutir, fazer uma educação permanente com eles e depois replicar em reunião do conselho com os 3 segmentos. Eles assistem e ali mesmo, no local, são tiradas as dúvidas. Acha que assim podem atingir todos os conselhos que existem na cidade de São Paulo, porque a ação conselheira, o entendimento do que é ser um conselho gestor, está muito gritante aqui na cidade e é muito rico o controle social. São muitos temas, como ata, quórum, regimento, processo eleitoral, a tem muita coisa para Escola caminhar com a gente né declara que já conversou com a sua escola na Norte para ela estar junto com ela no processo eleitoral, já capacitando, já que está na resolução que quando o Conselho tomar posse, tem que ser dada capacitação, então acha que a capacitação é contínua.

E quando se faz curso em um local onde as pessoas têm que se deslocar, acredita que seja mais complicado pela distância, pelo tempo. Então, já faz convite para a EMS, em fevereiro, para participar da reunião da Comissão, fazer uma discussão, uma avaliação, o que se pode melhorar para encaminhar nesse ano de 2026, já que a cidade de São Paulo acredita que as seis Coordenadorias estarão em processo eleitoral. A norte vai fazer o seu chamamento agora em março e o processo eleitoral vai ser unificado, vai ser rico porque pela primeira vez os hospitais vão fazer junto, no mesmo dia, no mesmo formato e, vai ser uma experiência exitosa, já está sendo, com regulamento, chamamento, tudo igual.

**Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: passa a palavra á convidada Dora** – No Centro, o Curso de Facilitadores a comunidade está esperando há anos. Estão esperando ser liberado o curso de facilitadores que programaram há quase dois anos. É uma falta de respeito e a falta de credibilidade para as pessoas do território. Solicita ajuda, é contadora e sabe que essa lei já tem um tempo. Quer dizer, precisa vontade para liberar esse dinheiro. Dinheiro é difícil, o dinheiro está aí e a gente não fazer esse curso de facilitadores é ruim.

**Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais:** Fala da dificuldade de acesso à plataforma e da participação dos Conselheiros. Não foi disponibilizado acesso, por exemplo, nos tablets que os conselheiros receberam da prefeitura. Essas dificuldades acabam atrapalhando. É preciso pensar num planejamento para este ano, talvez utilizar as lives como pílulas. Acha que fica uma coisa mais tranquila, se tiver, por exemplo, a mediação de um conselheiro, que era o que o Walter estava falando dessa questão de pontuarem algumas coisas para ajudar. Treinamento mesmo para os conselheiros, acha que precisaria ser uma coisa que tivesse a condição de fazer um trabalho presencial, por região, por Coordenadoria de Saúde ou por Supervisão de Saúde, alguma coisa que tivesse uma base um pouco mais complexa, para que pudessem chamar mesmo de formação para esses conselheiros, principalmente para os novos que estão chegando, de trabalhar com temas de uma forma um pouco mais extensa para dar continuidade nesse trabalho. Acha que foi excelente, e importante vocês trazerem o a dificuldade também que vocês têm com jurídico, porque trabalha na prefeitura também e sabe que há dificuldade com os jurídicos. Então, é complicado conseguir dar andamento naquilo que precisam e de qualquer forma, coloca-se à disposição para poder fazer a consulta e ajudar a encaminhar nesses processos da formação. Relata que a APSP também está à disposição nessa questão das formações, podem estender depois esse convite e poder ampliar essa educação continuada.

**Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte:** Declara que a conselheira Neuza falou algo muito importante, que o curso deve ser presencial, para que se tirem as dúvidas na hora, com pessoas capacitadas. Cita que na época em que fez o curso na Norte, havia pessoas capacitadas que sabiam o que estavam ensinando. Fez também com a Maria do Carmo no Centro e foi excelente. Não participou porque sabia que não daria certo e não pode perder tempo.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Pergunta se a EMS tem disponibilidade para a criação de um podcast junto com Conselho, porque o coordenador da Comissão de Comunicação não está aqui hoje, mas ele quer criar um podcast e no Conselho tem uma limitação, porque não conseguem, pelo Conselho, usar ou criar nada sem autorização da gestão. Não estão conseguindo criar rede nem as páginas. Então, talvez ter apoio da Escola para isso, facilitaria, porque o coordenador da Comissão de comunicação pretende e gostaria de fazer um podcast ou videocast. Talvez fosse uma forma de trabalhar isso.

**Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Agradece muito a presença da EMS que considera muito importante. Agradece, também, as visitas que a Dra. Josiane fez às Escolas Regionais. Destaca que acompanhou a repercussão dessas visitas. Chama a atenção quando a dra. Josiane menciona que as Escolas deveriam estar em espaços melhores, mais organizados. Tem observado que isso não tem acontecido. A última escola que mudou, por questões de

contrato de locação, foi da Sul e agora a Leste está nesse movimento de estar mudando para um prédio lá na rua Pires do Rio e que não é adequado para armazenamento dos materiais e desenvolvimento das atividades. Vai haver uma perda muito grande da qualidade das ações. A Escola ela está na estrutura da Coordenadoria, não questionam isso. Questionam que as Escolas regionais precisam ter espaços adequados para receber as/os profissionais nos processos de capacitação. Hoje, por exemplo, é tutora do Curso de Formação para Preceptoras e Preceptores. E sentiu a dificuldade de não acontecer na Escola Municipal Regional Leste, por questões dessa mudança. E isso foi muito dramático, porque lá existia toda uma estrutura adequada. Faz o pedido, de que poderia ser um piloto, de manter a Escola Leste onde está em comparação com o que está acontecendo com as outras Escolas, porque todas as outras já mudaram e não mudaram para espaços melhores. Elas foram incorporadas à equipe da Coordenadoria e não existe um local apropriado para a adequada realização das atividades. Tem o curso de urgência e emergência, que é um curso validado, que é muito respeitado e tem materiais caríssimos que não possuem local adequado para serem guardados. E isso preocupa porque é perda de recurso, vai danificar o material. A Coordenadoria, principalmente a Leste, que tem acompanhado mais porque mora lá perto, no novo endereço, não tem espaço adequado. Então aqui vem clamar para este Conselho Municipal de Saúde, seus colegas Conselheiros e Conselheiras e para a senhora diretoria que a Escola Leste seja mantida onde ela está neste momento. Entende que as Escolas Regionais têm uma ação muito presente na questão das conferências, contribuíram muito na questão das oficinas, na questão das pré-conferências, nas comissões organizadoras. A presença das Escolas Regionais é muito intensa, e, como já foi dito, isso não pode ser entregue para as Organizações Sociais, porque as Organizações Sociais são responsáveis por alguns momentos de capacitação, que são momentos pontuais para algumas categorias profissionais, mas quando se fala em Educação Permanente em Saúde é a Escola Técnica do SUS, é a Escola Municipal de Saúde que tem que estar à frente. Tem os Núcleos de Educação Permanente, as reuniões são riquíssimas porque contam com a representação de todos os equipamentos do território, inclusive as Educações Permanentes das Organizações Sociais também participam. Ter Escola fortalecida resolve várias questões. Não é fácil organizar uma capacitação, depende de vários fatores e quem vai participar tem expectativas. Quando não se oferece uma condição mínima, o curso está fadado a ter desistência muito grande. Agradece a realização das “Lives”, porque realmente foi uma primeira tentativa. Acha que teve erros e acertos e agora, para 2026, que elas também sejam talvez pensadas para continuidade, mas nesses momentos presenciais nas reuniões nas Supervisões Técnicas de Saúde, destaca que os AGP perguntam para os conselheiros se eles estão conseguindo acessar as “Lives”, mas muitos relatam que encontram muitas dificuldades. Conclui, solicitando que as “Lives” sejam mais um recurso, mas não o único.

**Convidado Tarcísio Farias:** Faz pedido para treinar, capacitar, formar primeiro os gestores. Diz que tem visto há muito tempo que eles não têm noção que o SUS é política de Estado e não de Governo. Os gestores precisam ouvir isso. A Escola não pode se prestar a fazer uma política para um governo contra a sociedade que elegeu. Relata que se interessam, mas nunca foi convidado sequer para ouvir uma palestra. É obrigatoriedade a formação da capacitação permanente dos novos conselheiros e tinha uma proposta aprovada na conferência regional, na conferência municipal, na conferência estadual, na conferência nacional, que quase nunca tem. Sente muita saudade do CEFOR, que ajudou a construir.

**José Luiz Pereira dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Capacitar Conselheiros online é muito difícil.

Tem que ser presencial. Tem que ser revista a capacitação de Conselheiros.

**Cláudia Regina de Moraes e Abreu, Assessora da Escola Municipal de Saúde:** Para o senhor que falou que nunca é convidado para nada, responde que existe 2 instâncias de educação permanente onde o senhor pode ir. Reunião mensal e o Grupo Técnico de Educação Permanente cuja reunião acontece uma vez por mês aqui.

Fala do NEP regional e GDEPS que acontece aqui, onde se discute todos os projetos e as presenças são bem vindas. A respeito das mudanças das Escolas, não têm gerência sobre isso. Podem aconselhar. Vão

fazer o possível. O Jurídico tem as dores dele, mas estão caminhando. Encontraram agora um procurador que tá sendo bacana com a gente e ensinando a gente a fazer o serviço mais célere e quanto às questões online e

Presidencial, tem gosto para tudo. Há técnicas pedagógicas para tudo. Todas as maneiras de ensinar têm reverberação do outro lado.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Agradece a participação da EMS, que é considerada parceira do CMS. Lembra que neste ano haverá conferência.

**Passa ao Informes de Conselheiros e Comissões**

Como primeiro inscrito, fala sobre a Smart Sampa nos equipamentos de saúde. Acha que o Conselho precisa ampliar e tomar uma posição de novo. Já se posicionou contrário, mas tem tido uma ampliação e tem havido problemas. com isso. O Conselho precisa ter uma discussão sobre isso. Quem sabe encaixar nessas próximas pautas.

**Adão do Carmo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste:** Informa que entregaram documento da Vila Mariana.

**Convidado Expedito Correia, conselheiro do Hospital e Maternidade Mário Degni:** Conselho existe há um ano. Relata problemas. Tiveram várias discussões e várias lutas que tentaram encaminhar em 2025 e várias delas não conseguiram resolver internamente. Muitas demandavam ação da Secretaria Municipal de Saúde e ao longo desse período laboraram várias solicitações e nenhuma delas teve Fala de obras que não foram iniciadas. O Conselho Participativa Municipal votou um dinheiro, uma verba para aquisição de um mamógrafo para a região do Butantã. É com é. O conselho decidiu que essa verba seria aplicada no Hospital. Não têm resposta até agora se essa verba saiu do CPM e a Secretaria já empenhou alguma coisa e nada, então estão pedindo que o Conselho e a Executiva consigam uma reunião com o Secretário ou alguma autoridade da SMS para resolver todas as pendências do local.

**André Ancelmo Araújo, conselheiro titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Comissão de Álcool e Drogas:** Informa que vão precisar do apoio dos conselheiros e das conselheiras que compõem a comissão, mas também daqueles que não compõem a comissão para visitar o CAPS Álcool e Drogas e preencher um formulário que vão enviar com relação a algumas perguntas daquele CAPS que vai fazer parte da resposta da comissão ao inquérito aberto pela Procuradoria Federal sobre a situação dos CAPS Álcool e Drogas na cidade de São Paulo. Quem puder ir, envia uma mensagem a ele. Tudo antes do dia 20/01.

**Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** A Comissão Interconselhos já começou visitas às STS. Amanhã tem São Miguel Paulista e Itaquera. Conselheiro Walter já esteve na Lapa e a conselheira Érica esteve na Penha. A conselheira Fátima vai acompanhar algumas na Sul. Espera que a conselheira Cirlene também vá. Fizeram visita também no CAPS Itapeva, vão acompanhar de perto a transição do Estado para o Município. Em São Mateus está acontecendo agora. Espera que todos os membros da Comissão participem em suas regiões.

**Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP:** Encerra a reunião às 17h05.